



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

JOÃO NANFUNA

**UNIÃO BINACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DO GOLPE DE
ESTADO DE 1980 DENTRO DA ESTRUTURA DO PARTIDO AFRICANO DA
INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE (PAIGC)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

JOÃO NANFUNA

UNIÃO BINACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DO GOLPE DE ESTADO DE 1980 DENTRO DA ESTRUTURA DO PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE (PAIGC)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês/UNILAB-BA como requisito para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientação: Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

JOÃO NANFUNA

UNIÃO BINACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DO GOLPE DE ESTADO DE 1980 DENTRO DA ESTRUTURA DO PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE (PAIGC)

Projeto apresentada como requisito para a obtenção do título de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Campus dos Malês.

Aprovado em: 28/06/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof.^a Dr.^a Rutte Tavares Cardoso Andrade

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof. Dr. Ricardo Matheus Benedicto

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DA PESQUISA	7
3	OBJETIVOS	8
3.1	GERAL	8
3.2	ESPECÍFICOS	8
4	JUSTIFICATIVA	9
5	HIPÓTESES	9
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
7	METODOLOGIA	14
8	CRONOGRAMA	15
	REFERÊNCIAS	16

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como objetivo compreender as dimensões dos impactos do golpe de Estado de 1980 no interior do Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), bem como entender os motivos da referida sublevação em 14 de novembro de 1980, que derrubou o regime do então Presidente da República Luís Severino de Almeida Cabral.

A Guiné-Bissau situa geograficamente na costa ocidental da África, foi uma das colônias portuguesas a ser penetradas no processo da expansão marítima do século XV. Daí em diante, os portugueses estabeleceram a relação dominante nesse território por cinco séculos e, em 1973, após uma longa guerra que durou onze anos, desencadeada pelo PAIGC, na qual os combatentes da guerrilha proclamaram unilateralmente a independência nas matas de Boé, e no ano seguinte, em 1974, foi reconhecida oficialmente por Portugal (CASSAMÁ, 2014).

Figura 1 - Mapa da República da Guiné-Bissau



Fonte: <https://www.myminifactory.com/object/3d-print-map-of-bissau-guinea-9571>

Segundo Mourão (2009) o povo da Guiné e de Cabo Verde tiveram histórias de lutas políticas comuns, entrelaçadas pela colonização. As ilhas de Cabo Verde eram os lugares estratégicos onde foram levados os escravizados, especialmente guineenses, que seriam comercializados na Europa e posteriormente nas Américas. Esses fatores provocou um intenso

processo de miscigenação entre colonizadores especialmente portugueses e africanos de diversos países do continente privilegiadamente de guineenses, pela proximidade geográfica.

Conforme Semedo (2021, p.55) é óbvio que, Amílcar Cabral levou em consideração o processo histórico quando pretendeu fundar o PAIGC, porque é o resultado da unidade iniciada pela colonização, e depois apenas atribuiu a nova unidade o que lhe faltava, ou seja, caráter ideológico que assentava numa consciência social e cultural, como o texto que se segue mostra a importância dessa unidade:

É desta unidade, baseada numa vontade comum de libertação do jugo colonial, que vai nascer a luta e é desta luta que vai emergir a consciência nacional, compreendida como o sentimento de pertença a uma comunidade que ultrapassa as suas fronteiras étnico-sociais, ou seja, uma comunidade pluriétnica (HANDEN, 1989, p.270 apud SEMEDO, 2021, p. 56).

Em 1963, deu início a luta armada sob a liderança de Amílcar Cabral, seu papel como homem teórico e de ação lhe colocasse no holofote internacional. Mas, como demonstra Lopes (2014), na trágica noite de 20 de janeiro de 1973, poucos meses antes de se tornar realidade o seu sonho de proclamar unilateralmente a independência da Guiné-Bissau, agentes infiltrados da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) lhe assassinaram em Guiné-Conacri.

Muito embora Cabral desaparecesse fisicamente, mas a luta armada só terminou com a proclamação da independência em 24 de setembro de 1973, e o PAIGC assumiu como a única força política de dirigir a sociedade guineense. De acordo com Semedo (2010),

Naquele momento, assumiu pela primeira vez o desafio de lidar com a complexidade da máquina burocrática, principalmente com as contradições que a mesma requer, sobretudo no que diz respeito à distribuição dos cargos públicos e à garantia do bem-estar dos cidadãos. A situação era complexa, pois além de ter sido a primeira vez que o partido realmente teria contato com as exigências de governar, também apresentava escassez de militantes com a formação técnico-administrativa necessária para fazer a máquina pública funcionar (SEMEDO, 2010, p.2).

Logo nos primeiros anos da independência, iniciou-se as crises internas entre membros do partido, a ala guineense criticava o regime de incumprimento com princípios da unidade e de orquestrar ondas de fuzilamentos em valas comuns. Algo que tem sido relatado por José Luís Fernandes Lopes, Embaixador de Cabo Verde em Washington, no seu artigo publicado no *New YorkTimes*, “atribuindo implicitamente a dirigentes cabo-verdianos a responsabilidade pela morte de 500 prisioneiros políticos guineenses” (FERNANDES, 2017, p.111). Essas insatisfações resultaram na subversão da ordem constitucional liderada pelo movimento reajustador.

Fernandes (2007) pondera que o golpe de Estado na Guiné-Bissau abriu o caminho para o fim do projeto da unidade com a transição do poder, levando a parte cabo-verdiana a refundar o novo partido - PAICV (Partido Africano para Independência de Cabo Verde), e o Partido de Guiné-Bissau apesar de distanciar politicamente com Cabo-Verde, continua a usar a sigla original (PAIGC).

2 PROBLEMA DA PESQUISA

A ideia da Unidade como defendia Amílcar Cabral, caracterizou a própria natureza cultural e social dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, visto que, seria difícil a independência da Guiné-Bissau enquanto estiverem os colonialistas em Cabo Verde, e vice-versa (CABRAL, 2013).

Em 1956, foi erguido o PAIGC em função da situação em que povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde eram submetidos. O movimento priorizava inicialmente a negociação política com o regime colonial a fim de ceder a independência das duas nações, como refere a Carta das Nações Unidas no seu artigo 55 que discorre sobre “respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos” (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 2022[1945], p.37).

Porém, as tentativas de negociações com o governo colonial não tiveram êxitos, obrigando o Partido a “adotar as estratégias junto às massas populares. Desse modo, surgiu a necessidade de uma organização mais consistente para enfrentar a administração colonial: a luta armada” (MONTEIRO, 2013, p.246).

Percebe-se que havia as repreensões sociais como à do *porto de ¹pindjiquiti* em 1959, onde os grevistas foram mortos a tiros, o movimento decidiu não fazer as manifestações públicas como demonstra Cabral:

Nessa altura, o nosso Partido decidiu realizar uma conferência clandestina em Bissau e foi então que mudamos de orientação. Quer dizer, começamos a mobilizar os campos e decidimos preparar-nos ativamente para a luta armada contra as forças colonialistas portuguesas. Decidimos que as massas populares não deviam fazer nenhuma manifestação que pudesse dar lugar a represálias criminosas da parte dos colonialistas portugueses. ((CABRAL, 1974, p.57-58 apud MONTEIRO,2013, p.246).

¹ Massacre de *pindjiquiti* em 1959 foi o ato bárbaro da violência contra os estivadores e trabalhadores dos portos da antiga “Guiné Portuguesa”, repressão perpetuada pela polícia colonial que viria a resultar em cinquenta mortes e cerca de uma centena de feridos.

Após a conquista da independência, o PAIGC transformou-se no Partido-Estado, o único legítimo de representar o povo da Guiné e Cabo Verde. Mas as contradições herdadas entre frações impossibilitaram a materialização dos sonhos de Amílcar Cabral que, de um lado consistia na eliminação do regime opressor colonial e, de outro, promover a unidade política e administrativa entre as duas nações. Tendo em conta que os cabo-verdianos eram considerados agentes dos colonialistas, Lopes (2014) sublinha que até 1963 os Cabo-verdianos já constituíam 75% dos administradores na antiga Guiné Portuguesa (atual Guiné-Bissau), exercendo poderes enormes contra os “indígenas” ou nativos da dita Guiné Portuguesa.

Essas insatisfações resultaram na subversão da ordem constitucional liderada pelo movimento reajustador. Contudo, Moita et al (1980, p. 7) apud Monteiro (2013, p. 225) defende que o golpe era um “reajustamento, por priorizar o combate às injustiças, a resolução da crise econômica e a satisfação das mais prementes necessidades do povo”.

Compreendendo a relevância da união entre Guiné-Bissau e Cabo Verde que envolvia os povos das duas nações na luta contra os invasores portugueses, feito inédito, mas que nos anos posteriores à independência chegou ao fim. A presente pesquisa procura responder a seguinte pergunta: até que ponto o golpe de Estado de 1980 impactou a estrutura do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde?

3 OBJETIVOS

3.1 GERAL

- ❖ Compreender as dimensões dos impactos do golpe de Estado de 1980 no interior do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC);

3.2 ESPECÍFICOS

- Analisar as ideias políticas de Amílcar Cabral que propiciou a fundação do PAIGC e a unidade Guiné-Bissau e Cabo Verde;
- Ilustrar os motivos que levaram uma ala do PAIGC a realizar o golpe de Estado de 1980;
- Examinar a composição da liderança do PAIGC e o governo do presidente Luís Severino de Almeida Cabral (1974-1980);

- Descrever as consequências políticas e sociais do referido golpe na Guiné-Bissau e nas relações diplomáticas dos dois países (Guiné-Bissau e Cabo Verde).

4 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema surgiu nas histórias que o meu pai me contava sobre a luta armada na Guiné-Bissau, e seu papel como um dos jovens que aderiu essa guerrilha. No entanto, quando comecei a cursar o primeiro semestre na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), no componente “Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos”, ministrada pelo professor Deolindo Nunes de Barros. E termos estudados os textos sobre a formação do PAIGC e sobre a luta armada na Guiné e Cabo-Verde decidi fazer pesquisa sobre a temática, com vista a compreender as dimensões dos impactos causados pela referida sublevação no interior do PAIGC, um partido que carregava durante vinte e quatro anos um ambicioso projeto de “unidade-binacional.

É fundamental compreender as consequências que o golpe de Estado de 1980 gerou no interior do PAIGC no qual destruiu do ponto de vista político a unidade binacional que segundo Pereira (2003, p.109 apud Monteiro, 2013, p.224) “pressupõe segundo o Programa do Partido e o pensamento de Cabral, a unidade nacional de um e outro povo”. Como também abriu caminho para posteriores golpes no país. (1998, 2003 e 2012), além da instabilidade perpetuada pelos atores políticos que se verifica até hoje.

O trabalho divide-se em dois eixos consideráveis a relevância acadêmica e social. No concernente à relevância acadêmica, o trabalho poderá servir como material de cunho acadêmico e bibliográfico nas diferentes áreas de conhecimento científico, facilitando futuros pesquisadores e pesquisadoras que interessam aos assuntos voltados a este campo.

Do ponto de vista social, a presente pesquisa poderá se tornar uma produção importante para as sociedades guineense e cabo-verdiana, ajudando nas compreensões sobre o golpe de Estado de 1980 e suas consequências na vida política e social entre os países irmãos.

5 HIPÓTESES

Partimos de hipótese que o golpe de Estado de 1980 inviabilizou um dos sonhos de Cabral que além da conquista da independência, ele perspectivou a construção de um Estado

Binacional entre Guiné-Bissau e Cabo Verde. Após a sublevação, um dos resultados imediatos foi o corte nas relações entre os dois Estados, a bandeira e o hino nacional que eram comuns nos dois países foram mudados principalmente em Cabo Verde. Além de desestruturação da política guineense que não conseguiu consolidar o Estado ao longo das décadas.

No que tange a sigla PAIGC, Fernandes (2007) demonstrou a insatisfação do Aristides Pereira face ao golpe de Estado na Guiné, considerando que

manter o nome de um país independente e soberano na sigla de outro país estrangeiro é algo que ferre com a própria dignidade de um povo que se pretende de facto independente e que portanto é evidente que o Estado de Cabo Verde não vai aceitar que essa sigla mantenha o nome de Cabo Verde contra a decisão do povo cabo-verdiano. Adianta ainda que o governo vai agir junto das instâncias internacionais competentes no sentido de fazer valer os seus direitos, de preservar a dignidade do seu povo e do seu país e que Cabo Verde está a preparar-se para tomar medidas no sentido de levar a Guiné-Bissau a rever a sua decisão de manter o nome de Cabo Verde na sigla, quer dizer medidas internacionais (FERNANDES,2007, p.118).

Os sucessivos regimes após 14 de novembro de 1980 na Guiné, usam o poder de Estado na defesa dos interesses pessoais ou dos grupos aliados e reprimindo os seus adversários políticos, por conta disso. Desde as primeiras eleições democráticas em 1994 nenhum regime com exceção de José Mário Vaz em (2014-2019) conseguiu terminar seu mandato.

A partir da leitura hipotética, compreende-se que a instabilidade política guineense se deu a partir do golpe de 1980, porque na época a Guiné não apresentava uma classe acadêmica preparada para assumir a liderança do país como tem sido em Cabo-Verde, e isso é resultado da colonização portuguesa.

Ademais, o PAIGC apesar da sua contribuição na conquista da independência nacional, ainda poderia ser atribuído a responsabilidade das sucessivas crises que o país tem vivido, por exemplo: a disputa interna no partido deu origem a sangrenta guerra civil de 1998-99 e a fragmentação que se dava no VIII congresso do partido em 2014, resultou nas crises políticas e sociais que arrastou o país até presente momento.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A discordância em torno do projeto “unidade” elaborado por Amílcar Lopes Cabral começou desde a criação do PAIGC, entre vários movimentos independentistas na altura, tanto do lado guineense como cabo-verdiano. Na Guiné, como aponta Semedo (2021, p.56) “estavam dentre outros, a União Patriótica Anti-Colonialista da Guiné-Bissau (UPANG) a Juventude

Unificada Revolucionária dos Guineenses (JURG) e a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING)”.

Esses movimentos opunham-se à ideia de Cabral como mostra Semedo (2021, p. 65-57) “que seus objetivos eram acabar com o que eles chamavam de neocolonialismo cabo-verdiano”. A desconfiança vivida entre os guineenses e os cabo-verdianos poderia estar alicerçado nos privilégios que os portugueses davam aos assimilados cabo-verdianos em detrimento dos guineenses, cuja maioria esmagadora da população era considerada pelos colonialistas como indígenas. A categoria indigenato é uma atribuição para os povos nativos da África e, por serem o outro na perspectiva do colonizador, foi criado o estatuto que regulamentava esse outro na sociedade.

Segundo Indjai (2017, p.8), “essa lei, cuja intenção era transformar os povos nativos em “civilizados”, ou seja, afastá-los das suas raízes e suas crenças com o propósito (de) transformá-los em benefícios próprios”. Para que um nativo fosse considerado assimilado, o indivíduo precisaria cumprir escrupulosamente com as diretrizes do estatuto. Adotar o modo de vida do colonizador e só assim a pessoa teria esse “privilégio”.

Por outro lado, Semedo (2010, p. 12) explicou que de grosso modo “alguns guineenses que faziam oposição à unidade, [...] observavam o projeto da unidade entre os dois povos como uma “outra” colonização, desta vez, do povo cabo-verdiano”. Do lado cabo-verdiano, Monteiro salienta:

que havia movimentos nacionalistas cabo-verdianos que não endossavam a ideia de união com os bissau-guineenses, como, por exemplo, de União Democrática Caboverdiana (UDC) liderada por João Baptista Monteiro, e a União do Povo das Ilhas de Cabo Verde (UPICV) de Leitão da Graça. Esse fato suscita dúvida sobre a legitimidade de Cabral como único interlocutor válido do movimento nacionalista em Cabo Verde [...] outro fatoré que Amílcar Cabral era visto como “impostor” por alguns cabo-verdianos ao propor a revolução nacionalista, engendrando a unidade entre os dois países, visto que o discurso de unidade africana não era comungado pelos caboverdianos, que, por sua vez, não se sentem africanos, e defendiam perante Portugal um status idêntico ao das ilhas de Açores e Madeira e adjacências (MONTEIRO, 2013,p 223-224).

Para além disso, Lopes (2014, p.25) demonstrou que o próprio Cabral “compreendeu a partir da sua análise da estrutura social do território, as contradições e antagonismo entre diversas classes e grupos sociais”. Todas essas contraposições dos movimentos, tanto do lado guineense como cabo-verdiano demonstram as discordâncias em torno da proposta da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas apesar de toda hostilidade, vimos que “a unidade [...] teve importância social relevante na medida em que procurou criar uma identidade de

pensamento entre classes sociais diferentes, no entanto, foi imprescindível para fazer face ao contexto da colonização” (SEMEDO, 2011, p.106).

Ressalte-se que Amílcar Cabral não resumia especificamente sua luta na Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas também se engajou na libertação da África e, conseqüentemente, na sua unificação como já dizia que “apenas com a unidade africana é que o povo africano teria capacidade e bases para erradicar o colonialismo no continente africano (EMPALÁ; MONTEIRO, 2020, p.209). Essa visão unificadora comungava com ideais pan-africanistas, ou seja, Cabral era um dos líderes que defendiam essa linha ideológica.

No período após a independência, a Guiné-Bissau firmou como uma nação soberana, o recém-nascido país instituiu o primeiro governo com objetivo de materializar os anseios do povo que outrora foram negados como pessoas humanas por questões econômicas e racistas postas pelos exploradores portugueses.

Mas os primeiros seis anos do regime de PAIGC na Guiné foram rodeados de tensões entre camaradas da luta, ou seja, a ala guineense começou a enxergar os cabo-verdianos como dominadores, algo que levou à desconfiança no seio do partido, e mais, “a situação de submissão aos cabo-verdianos, traduzida como uma nova forma de colonização” (MONTEIRO, 2013, p.227).

Ainda para Monteiro (2013) deve-se admitir que a conjuntura que se desenhava no pós-independência visava ao enfraquecimento dos laços entre os dois povos, ou seja, as crises e as tensões herdadas da luta de libertação nacional, e que possivelmente se agravaram com o assassinato de Amílcar Cabral, permearam todo o processo da proclamação da independência e desenvolveram-se no mandato de Luís Cabral.

O outro fator é que os cabo-verdianos ocupavam lugares-chave tanto no governo como dentro do partido, enquanto que em Cabo Verde não se verificava os guineenses ocupando os cargos no governo como também na direção do partido. Monteiro (2013) destaca algumas decisões tomadas pela direção superior do partido que hipoteticamente levaram a ala militar da Guiné-Bissau a desencadear o golpe de Estado contra o presidente Luís Cabral que era um cabo-verdiano:

Enquanto que em Cabo Verde a Constituição não permitia a um bissau-guineense ser Presidente da República, na Guiné-Bissau, o texto da Constituição da República foi elaborado para que permitisse que um caboverdiano fosse presidente, além da aplicação da pena da morte em Bissau, que inexistia em Cabo Verde, e outras decisões tomadas a nível do governo bissau-guineense que não se aplicavam em Cabo Verde. Por outro lado, as entrevistas dos combatentes da liberdade da Pátria, Luís Cabral instituiu o regime de privilégio, criou hierarquias entre os cabo-verdianos e os bissau-guineenses, o que seria contrário à ideologia preconizada pelo programa do partido,

que postulava a unidade dos povos sem distinção.(PEREIRA, 2003, p.109 apud MONTEIRO, 2013, p. 224-225).

Além disso,

o núcleo de conspiradores era exclusivamente constituído por guineenses. Mais do que a morte de Cabral, os seus objetivos eram conseguir lugar a que se achavam com direito no comando do partido. Nos seus entendimentos não era lógico nem aceitável que uma escassa centena de homens, majoritariamente não combatentes, possuísse um peso político muito superior ao dos milhares de combatentes guineenses que diariamente empenhavam as suas vidas na frente de combate (NÓBREGA, 2003 apud CARVALHO, 2020, p. 140).

Essas divergências entre facções no interior do PAIGC resultaram no levante orquestrado pelo movimento reajustador liderado por João Bernardo Nino Vieira no dia 14 de novembro de 1980, derrubando o então presidente da República da Guiné-Bissau após a independência.

Para Silva (2023) o Golpe de Estado caracteriza a destituição inconstitucional de um governo democraticamente eleita ou legítimo. Essa sublevação pode ser realizada por ações políticas e jurídicas, bem como pela intimidação com o uso de armas. Foi nesse caminho que a ala guineense apressou em “repor a justiça” como tem sido suas justificativas. O João Bernardo Vieira, líder do movimento reajustador que derrubou o Governo Constitucional de Luís Cabral justifica que “o povo cabo-verdiano tinha adotado uma atitude e práticas colonialistas[...]Também se acusava o governo anterior de corrupção, de irresponsabilidade, de laxismo face aos erros, de nepotismo, de ostentação e de ambição pessoal dos seus membros” (COUTINHO, 2017, p.234).

Entretanto, os golpistas não só tiveram dificuldade nas resoluções dos problemas anteriormente apontados: problemas sociais, nepotismo e corrupção, como também perpetuaram um regime totalitário ou único, que centralizava o poder e reprimia os adversários políticos e militares. O caso mais emblemático foi 17 de outubro de 1985 aquando um grupo de políticos, civis e militares foram presos e assassinados por serem acusados de orquestrar supostamente o golpe de Estado.

Pode-se observar que “nesse regime totalitário, há o predomínio da esfera pública sobre a esfera privada, pois o Estado possui a necessidade de controlar todas as áreas [...] as quais são realizadas de maneira drástica e severa” (SOUZA,2020, p.8-9).

O regime instalado após 14 de novembro não conseguiu reverter o quadro político e social que antes foram apontados, ou seja, o “país teve poucos sinais de desenvolvimento

socioeconômico por causa da insuficiência de quadros técnicos e superiores bem qualificados para administrar as instituições do Estado” (MONTEIRO, 2013, p.241).

7 METODOLOGIA

Segundo Gil (2002) a pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...] ela se desenvolve ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação do problema até a satisfatória apresentação dos resultados.

O nosso trabalho obedecerá ao método da pesquisa qualitativa, conjugando revisões bibliográficas e análise documental, trabalharemos com documentos que tratam da fundação do PAIGC e da luta de libertação nacional como também livros, textos, teses e artigos, dentre outros materiais pertinentes para a materialização dessa pesquisa.

Para Moresi (2003, p.69) “a pesquisa qualitativa ajuda a identificar questões e entender porque elas são importantes[...]ela também revela áreas de consenso, tanto positivo quanto negativo, nos padrões de respostas”.

No que tange ao procedimento metodológico, como descreveram Fonseca (2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.12-13) “a metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo [...] ela interessa pela validação do caminho escolhido para chegar ao fim proposto pela pesquisa”.

Desta maneira, a presente pesquisa seguirá um plano cronológico que orientará todas as fases do trabalho, começando na revisão das fontes, coleta dos dados e redação do texto. Seguindo os parâmetros acima referenciados, que nos permitirá atingir o nosso objetivo que é aproximarmos das respostas em torno dos impactos que o golpe de Estado de 1980 tem ocasionado no interior do PAIGC.

8 CRONOGRAMA

Ano	2023			2024			
	Jan. Fev.	Mar. Abr.	Mai. Jun.	Jan. Mar.	Jun. Jul.	Ago. Set.	Dez.
Reelaboração do projeto	X			X			
Levantamento bibliográfico	X			X			
Coleta dos dados		X			X		
Análise dos dados		X			X		
Redação do trabalho		X				X	
Apresentação do projeto reelaborado			X			X	
Revisão e redação final			X				X
Apresentação do trabalho			X				X

REFERÊNCIAS

- CABRAL, Amílcar. **Unidade e Luta: a arma da teoria**. Praia: Fundação Amílcar Cabral, 2013. Cadernos de África Contemporânea, 2020.
- CARVALHO, Ricardo Ossagô de. **Projeto de Estado Binacional: contexto político institucional de Unidade e separação da Guiné-Bissau e Cabo Verde**. Cadernos de África Contemporânea, vol.03, n. 06, p.133-147, 2020.
- CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. **Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau**. Araraquara – SP: Unesp, 2014.
- COUTINHO, Angela Benoiel. **Os Dirigentes do PAIGC: da fundação à rutura 1956-1980**. • Coimbra:Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.
- EMPALÁ, Jean da Silva; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Guiné-Bissau e Cabo Verde: perspectiva da unidade e ruptura binacional (1956-1980). Abe África: **Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v.04, n.04, 2020.
- FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné – Bissau e Cabo Verde: da Unidade à Separação**. 2007.138 f. Dissertação (mestrado em Estudos Africanos)-Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto Faculdade de Letras, Porto,2007.
- FERNANDES, Antero da Conceição Monteiro. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: da unidade à separação**. Porto:Centro de Estudos Africanos, 2007.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa** (org.). Porto Alegre:UFRGS, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.
- INDJAI, Sene Carlos. **Estatuto Indígena na Guiné-Portuguesa de 1927-1961: uma pesquisa sobre processos de assimilação e de afirmação euro-etno-lusitana na Guiné-Bissau**. São Francisco do Conde/Bahia: Instituto de Humanidades e Letras (Unilab),2017.
- LOPES, Carlos (org). **Desafios contemporâneos da África e o legado de AmílcarCabral**. Luanda: Arquivo Nacional de Angola, 2014.
- MADEIRA, João Paulo. **África versus Europa: Cabo Verde no Atlântico Médio**. Revista de Estudos Internacionais (REI) vol. 4 (1), 2013.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Rio de Janeiro: Claves, 2011.
- MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**. 2013.289 f. Tese (Doutorada em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

MORESI, Eduardo (Org) **Metodologia da Pesquisa**. 2014.108 f. Pós-graduação (pós-graduação em Gestão do conhecimento e tecnologia da informação) - programa de pós-graduação stricto sensu em gestão do conhecimento e tecnologia da informação, Universidade Católica de Brasília, Ucb,2003.

MOURÃO, Daniele Ellery. **Guiné-Bissau e Cabo Verde: identidades e nacionalidades em construção**. Pro-Posições, Campinas, v. 20, n. 1, p. 83-101, 2009.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Unic, 2022[1945].

SEMEDO, Rui Jorde; SANGREMAN, Carlos. **PAIGC a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 A 1990)**. Lisboa: Working Paper, 2021. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/21101/1/wp182.pdf> . Acesso em: 20 jun. 2021.

SEMEDO, Rui Jorge. **O Estado de Guiné-Bissau e os desafios político-institucionais**. Lisboa: Tensões mundiais, v. 7, n. 13, p. 95-136, 2010.

SILVA, Daniel Neves. **O que é golpe de Estado?** Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-golpe-estado.htm>. Acesso em: 01 jun. 2023.

SOUZA, Alexandre Nogueira. **Os impactos sociopolíticos causados pelos regimes totalitários no século xx** 2020.84 f. Monografia (graduação em Relações Internacionais) - Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020.